


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001047-09.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Luiz Carlos Corsso Epp**
 Requerido: **Industrias Romi Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O(a) autor(a) **Luiz Carlos Corsso Epp** propôs a presente ação contra o(a) ré(u) **Industrias Romi Sa**, requerendo: a) seja rescindido o contrato de compra e venda celebrado entre as partes, cancelando-se, de forma definitiva, os protestos dos títulos enumerados no item 19 da petição inicial; b) seja determinada a devolução das parcelas pagas, em razão de a ré ter dado causa ao descumprimento de suas obrigações, no total de R\$ 16.666,66; c) indenização por dano moral, nos termos do item 21 da petição inicial; d) ônus sucumbenciais, acrescidos do pagamento das custas para baixa dos protestos.

A empresa ré, em contestação de folhas 103/112, pede a improcedência do pedido, porque não há registros de paralisação do equipamento por falhas ou defeitos.

Réplica de folhas 137/141, em que a autora alega que o prejuízo foi efetivo e a máquina não funcionou a contento.

A empresa ré, em reconvenção de folhas 143/152, pede a condenação da autora na quantia de R\$ 43.333,34, referente ao saldo oriundo da nota promissória, ante a devolução amigável da máquina.

A autora apresentou manifestação à reconvenção de folhas 167/171, pedindo a improcedência do pedido, porque a máquina apresentou defeito, não sendo o contrato cumprido por culpa da ré.

Réplica da ré às folhas 175/176.

A autora não manifestou interesse na produção de outras provas (folhas 181).

Despacho do juiz anterior, determinando-se a juntada dos relatórios elaborados pela assistência técnica, referentes aos contatos feitos pela autora.

Juntada dos documentos de folhas 188/194.

Manifestação da autora às folhas 199/201.

Relatei. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Indefiro o pedido de desentranhamento formulado pela autora às folhas 201, porque cientificada da juntada dos documentos, bem como não serão utilizados para fundamentação da sentença.

A autora adquiriu da ré uma máquina denominada ROMI, em que, segundo a mesma, apresentou defeito no seu funcionamento, o que implica na rescisão contratual por culpa da ré.

A ré, por sua vez, nega o defeito. Aduz que a máquina foi devolvida amigavelmente. A autora não impugnou a afirmação.

Com efeito, a ação é improcedente, porque a autora não demonstrou o fato constitutivo de seu direito, qual seja, o defeito na máquina, nos termos do artigo 333, I, do Código de Processo Civil. Nesse particular, lembro que a autora não mostrou interesse na produção da prova pericial, requerendo o julgamento no estado em que se encontra o processo. Confira: folhas 181.

O não atendimento do ônus de provar coloca a parte em desvantajosa posição para obtenção do ganho da causa. A produção probatória, no tempo e na forma prescrita em lei, é ônus da condição de parte.

Sobre o assunto, leciona HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento, 2007, p. 472-473): "Cada parte, portanto, tem o ônus de provar os pressupostos fáticos do direito que pretenda seja aplicado pelo juiz na solução do litígio. Quando o réu contesta apenas negando o fato em que se baseia a pretensão do autor, todo o ônus probatório recai sobre este. Mesmo sem nenhuma iniciativa de prova, o réu ganhará a causa, se o autor não demonstrar a veracidade do fato constitutivo do seu pretense direito".

Desse modo, não restou configurado o inadimplemento da ré, conforme alegado na petição inicial.

Noutro giro, o pedido reconvenicional é procedente, ante o teor da cláusula 3 do contrato celebrado entre as partes (folhas 157 verso) e nota promissória assinada pela autora.

Diante do exposto: a)rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o(a) autor(a) no


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da causa, ante o trabalho realizado nos autos, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado; b) acolho o pedido reconvenicional, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a autora no pagamento da quantia de R\$ 43.333,34, com atualização monetária desde a emissão da nota promissória (folhas 160) e juros de mora a contar da citação. Sucumbente, condeno o(a) autor(a) no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da condenação, ante o trabalho realizado nos autos. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 29 de junho de 2015. **Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**